

A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO EXTENSÃO

Renato Gadioli Augusto

renato.gadioli@gmail.com

Guilherme Preato Guimarães

guiguipreato@gmail.com

Beatriz Peixoto Dias

Beatrizpeixoto7@gmail.com

Gabriel Mendes D'Ávila

dfa.1979@hotmail.com

Resumo

Faz-se necessário o entendimento da função universitária na formação docente em geografia, em especial na complexidade da efetivação do tripé universitário. Tal dificuldade acarreta em diversos entraves na formação inicial do professor em geografia. Ao se buscar respostas para uma formação crítica e humana, encontra-se no estágio supervisionado um grande aliado para a aproximação da universidade com a comunidade. Diante essa compreensão, buscou-se através de projeto uma maior efetivação da função social da universidade, em especial através da extensão, viabilizando assim uma maior valorização do tripé universitário. Esse projeto visou fechar acordos com escolas próximas ao IM - UFRRJ, disponibilizando vagas de estágios para discentes do curso de licenciatura em geografia, eliminando assim a busca por estágios, de modo a incentivar a presença de estagiários nessas escolas. Com o estabelecimento dos acordos e o ingresso dos estagiários nessas escolas, os mesmos foram estimulados, por parte da professora de estágio, a cumprirem tarefas, em especial convites e articulações em conjunto com a comunidade escolar. O projeto se fez efetivo com o aumento da presença de estagiários em escolas próximas, possibilitando assim a efetivação do diálogo entre as instituições. Entretanto, as propostas de atividades encontraram dificuldades em se efetivar por falta de interesse e comprometimento por parte dos estagiários. Conclui-se que, o estágio supervisionado se faz eficiente em abarcar o tripé ensino - pesquisa - extensão. O projeto se mostra satisfatório por apresentar aumento da presença de estagiários nas escolas próximas do IM - UFRRJ, possibilitando assim um maior diálogo entre escola e universidade através desse agente. Entretanto, observa-se o baixo comprometimento com a função social da universidade e o entendimento sobre extensão, apontando assim a menor relevância dada a esse eixo em detrimento ao ensino e a pesquisa no meio acadêmico.



Palavras-chave: Escola; Formação; Tripé Universitário

Introdução

O nosso século é fortemente marcado pelas mudanças sociais e políticas. Passamos de governos com pensamentos mais progressistas aos mais conservadores. Nesse bojo, a Geografia é uma disciplina que necessita sempre reinventar seus métodos e sua forma de ensinar de maneira que capte o espírito da sociedade na qual está inserida e dessa forma seja uma ferramenta capaz de modificá-la.

Desde a sua Renovação Crítica em meados dos anos 70, a ciência geográfica se propõe a estudar a sociedade a partir de um viés crítico, questionando os métodos tradicionais de ensino e de análise. Como observa Cavalcanti (2002), o avanço dessas práticas tem permitido novas análises e métodos para a problemática do ensino de geografia, apesar de existir pouca penetração em âmbito escolar.

Como destaca Callai (1999) o esforço é para a compreensão de que há uma geografia escolar com imenso potencial formativo e que tenha como função a leitura da realidade, oportunizando aos estudantes a possibilidade de entender a heterogeneidade social num mundo que cada vez mais se torna homogeneizado pela globalização. É então uma disciplina de fulcral importância para se entender enquanto sujeito e com capacidade de interferir e modificar o espaço.

Por isso é necessário entender o papel do geógrafo enquanto um agente que pode delinear possibilidades e interpretações da realidade que se apresentam no cotidiano do educando. Cavalcanti ressalta:

[...]a Geografia é a ciência que estuda, analisa e tenta explicar (conhecer) o espaço produzido pelo homem e, enquanto matéria de ensino, ela permite que o aluno ‘ se perceba como participante do espaço que estuda, onde os fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento.(CAVALCANTI, 2002, p 13)

Assim, a disciplina assume um papel importante no que tange a compreensão dos sujeitos e sua relação com a sociedade e vice e versa, fator que tem como chave a atuação dos docentes e sua formação.

O estágio e a formação docente em Geografia

Segundo Freire (2011, p 23-24), o professor está em formação constante, se aperfeiçoando durante a sua prática e também no seu ambiente de trabalho. Entretanto, deve-se considerar suas experiências pessoais, entendendo que o professor e a pessoa são seres inseparáveis (NÓVOA, 1992) e que as vivências pessoais e profissionais são fundamentais para a formação identitária.

Contudo, é na formação inicial que se busca os caminhos docentes, em especial no estágio supervisionado, momento em que o licenciando passa a vivenciar a prática docente *in situ*, utilizando toda sua bagagem teórica para a realização de atividades pedagógicas, adquirindo experiências e refletindo sobre elas (ZABALZA, 2014). No entanto sua função não pode ser limitada apenas a uma formação profissional. Além do caráter de ensino-aprendizagem, o estágio também apresenta caráter de pesquisa e extensão, possibilitando através das atividades a efetivação do Tripé universitário.

Compreende-se que o estágio supervisionado é o momento no qual o estagiário, munido com o conhecimento teórico produzido na academia, pode propor soluções ou alternativas às dificuldades presentes no cotidiano escolar, servindo como ponte entre a Universidade e Escola e vice-versa. Essa função demonstra ser de grande importância, visto que um dos maiores dilemas da educação em Geografia é justamente o abismo existente entre a Geografia Acadêmica e a Geografia Escolar, como aponta Rivera (2012). Tal abismo se constitui em um desafio a ser superado, ainda mais quando se observa uma desatualização conceitual ou fragilidade em determinados temas ao serem trabalhados na escola, que acabam contribuindo para um distanciamento ainda maior do que é aprendido na educação básica e o que é desenvolvido nas universidades.

Como ressalta Callai (1999), há uma preocupação em entender a função e a importância da formação dos docentes nas instituições, principalmente saber qual prioridade esta dá ao graduando que entrará no magistério. Tal problemática refere-se ao caráter produtivista da academia. Há nos cursos de licenciatura uma forte valorização dos saberes acadêmicos, que tornam o professor universitário o principal formador dos docentes. Entretanto, muitos desses especialistas possuem pouco ou nenhum contato com a educação escolar, resultando na pouca reflexão desses docentes quanto às questões relacionadas ao ensino e formação docente, que



por sua vez são temas pouco visados para a carreira universitária em prol do produtivismo (GIROTTI E MORMUL, 2016, p. 96).

Esse caráter produtivista impacta de várias formas. Primeiro, porque o estágio é relegado a segundo plano, não recebendo muita importância dos próprios alunos estagiários, que muitas vezes veem essa prática com pouca relevância e até mesmo como um incômodo, já que o tempo poderia ser utilizado para produzir outros trabalhos acadêmicos. Segundo porque há pouco (ou nenhum) reconhecimento do Estágio como uma extensão universitária, mas sim como apenas mais uma obrigação burocrática, impossibilitando que tal atividade exerça efetivamente seu papel de extensão, fazendo cumprir a função social da universidade em seu papel de construção e disseminação de conhecimento.

A função social da universidade e a extensão universitária

Em contrapartida à formação inicial docente, sobretudo a formação profissional possibilitada pelos cursos universitários, busca-se entender a função social que a universidade possui, em especial com o meio em que está inserido. Para isso, é necessário buscar a compreensão da função universitária no Brasil. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9394/96), em seu Artigo 43, o ensino superior tem por finalidade

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996, Art 43)

Percebe-se que o ensino superior tem por finalidade: a formação de profissionais habilitados em diversas áreas, a produção de pesquisas e desenvolvimento de conhecimento científico; a criação e disseminação de cultura, arte e do espírito científico ; buscar, através do desenvolvimento das produções e investigações, compreender os problemas que assolam a sociedade, em especial a região em que se localiza. assim prestando serviços em busca de soluções junto à comunidade; promover a extensão e; agir em defesa da educação básica de qualidade.

Podemos concluir através do Artigo 43 da LDB 9394\96 que o ensino superior extrapola em suas diretrizes o ensino e a formação profissional, compreendendo, como indicado no Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, a pesquisa e a extensão, complementando assim o tripé universitário. Tal tripé, tem por caráter a indissociabilidade entre eles e deve ser estimulado e compreendido de forma igualitária, sem peso de importância entre si. Entretanto, tal princípio de indissociabilidade e igualdade entre tais componentes do tripé, nem sempre são considerados no meio acadêmico, como nos aponta Borges e Araújo (2012). Segundo os autores, a extensão tende a ser desfavorecida por ter suas definições não tão claras em sua implementação.

A extensão é compreendida, segundo o Artigo 3 da Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 como

[...] atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da



produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018, Art. 3)

Segundo Reis e Moura (2017) a extensão tem por finalidade ser o elo entre o ensino superior e a sociedade e por meio de resultados alcançados com o ensino e a pesquisa afirmar as funções sociais das universidades. Diante de tais definições, extensão pode ser definido como interação das instituições de ensino superior com a comunidade, através de atividades e mobilizações de cunho científico, tecnológico, educacional, cultural ou artístico, que em articulação permanente com o ensino e a pesquisa resultem em produção e aplicação de conhecimento, contendo caráter de trocas mútuas de saberes, vivências e outras formas de contribuições, contribuindo assim com a função social da universidade. Compreende-se assim a necessidade de aproximação entre comunidade e universidade, para que em comunhão busque-se o desenvolvimento do meio e a disseminação cultural e de conhecimento entre si conforme disposto no Artigo 43 da LDB 9394\96.

O estágio Supervisionado como Extensão

Diante de tais exposições, deve-se buscar na formação docente em geografia, propostas para uma efetivação da função social da universidade, estabelecendo uma maior aproximação entre universidade e comunidade do entorno. Durante a prática de estágio supervisionado no curso de licenciatura de geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM - UFRRJ), foi constatado que grande parte dos alunos das escolas próximas ao campus não tinham conhecimento da existência de uma universidade pública no entorno da escola que estudavam, e quando sabiam de tal existência, não tinham conhecimento da função da universidade, como aponta Augusto (2018, p 62). Tal recorrência pode ser um sintoma do afastamento da universidade com a comunidade do seu entorno, demonstrando assim a ineficiência da extensão.

Diante de tal constatação, podemos observar o estágio como uma possibilidade de aproximação entre universidade e comunidade, tendo em vista que a escola apresenta as diversas realidades do meio em que está inserida. Segundo Augusto (201, p 32 - 35), o estágio supervisionado nos cursos de licenciatura abarca de forma satisfatória o tripé universitário, compreendendo a pesquisa como apreensão do meio em que a prática é realizada, o ensino como o encontro da teoria e prática e a extensão por ser uma eventual ponte entre escola e universidade.

Compreendendo o estágio nesse prisma, leva-se em consideração a pesquisa como uma ferramenta para a função social da universidade, tendo em vista que a apreensão dos resultados das observações durante a prática buscam compreender o meio em que é realizado, relatando eventuais problemas existentes, contribuindo não só para a formação do estagiário, mas também entendendo que os resultados podem ter a importância de relatar dificuldades e necessidades em que o meio escolar enfrenta, objetivando soluções em conjunto com órgãos competentes.

Buscando efetivar o estágio como extensão, foi idealizado um projeto entre os períodos de 2016.1 e 2017.1, desenvolvidos pelos então discentes Renato Gadioli e Guilherme Preato, com supervisão da professora Edileuza Queiroz, que consistia em buscar parcerias com escolas públicas próximas do IM - UFRRJ, incentivando a prática de estágio dos discentes do curso de licenciatura em geografia em escolas próximas a fim de encurtar o distanciamento entre sociedade e universidade, além de firmar atividades em conjunto com as escolas, reforçando assim a extensão universitária.

Essas parcerias tiveram por objetivo disponibilizar vagas de estágio nessas escolas, eliminado assim a burocracia da busca por vagas para a prática, dificuldade recorrente nos relatos dos discentes. Tal disponibilização teve por finalidade incentivar a realização de estágio em escolas parceiras, elevando o número de estagiários em escolas próximas da universidade. Tal projeto, como aponta Augusto (2018, p 65 - 68), se fez efetivo ao apresentar o aumento em número de estagiários em escolas próximas da universidade, apresentando um grande aumento na presença de estagiários nessas escolas. Esse aumento se fez importante diante da compreensão da importância em desenvolver a extensão na região em que a universidade está inserida, buscando assim o desenvolvimento de parcerias entre o meio acadêmico e a comunidade do seu entorno.

Porém, tal aumento não representa, por si só, uma efetivação da extensão. Para isso, foi incentivado pela professora responsável pelo estágio a condução para efetivar tal proposta. Dessa maneira, os estagiários foram direcionados a divulgar na comunidade escolar eventos desenvolvidos pelo Departamento de Geografia (DEGEO), além da articulação nas visitas das escolas à universidade. Tais propostas não foram efetivadas com grande êxito pela baixa aderência nas escolas, visto a baixa presença da comunidade escolar em tais eventos.

Outra proposta apresentada foi a realização de um seminário sobre estágio e ensino, buscando diálogos entre corpo docente, coordenação pedagógicas e direção das escolas com a



universidade, porém, mesmo com grande divulgação, além do convite formal entregue pelos estagiários, a adesão foi baixa por parte das escolas.

Considerações finais

Podemos então concluir que a universidade extrapola um local de ensino e para formação profissional, compreendendo múltiplas funções em que é designada, tanto pela Constituição Federal como pela LDB 9394\96. Segundo Cardoso (1981, p. 112), “universidade deveria significar unidade do saber”, integralizando assim os saberes a fim de compreender o homem e o meio em que vive “para servi-lo melhor, tanto como pessoa livre, como sociedade pacífica”

Faz-se necessário o entendimento sobre a extensão no meio acadêmico, que até o ano de 2018 não possuía uma diretriz específica e, mesmo regulamentada como um pilar essencial para a formação universitária, possui difícil compreensão nas comunidades acadêmicas, como apontado anteriormente.

Nas práticas de estágio, percebe-se que, muitas vezes, o primeiro contato da universidade com alunos da rede pública é a presença do estagiário em sua escola. Dessa maneira o papel do estagiário enquanto formando é ir além de apenas observar o ambiente escolar, mas sim atuar ativamente para o debate em sala, estabelecendo o diálogo entre universidade-escola.

O projeto proposto apresenta um bom resultado ao analisar o aumento de estagiários em escolas próximas do entorno da universidade, visto a importância da presença de tais agentes nesse meio, como já foi apontado anteriormente. Essa presença possibilita um maior diálogo entre duas instituições de formação na licenciatura, correlacionando anseios e saberes.

Uma das críticas a se destacar é exatamente o distanciamento entre a escola e a universidade. A universidade põe a escola como segundo plano, e não como um dos principais agentes do curso de licenciatura. Tal afirmativa pode ser observada no desenvolvimento do estágio por muitos discentes. Esses, muitas vezes, desenvolvem sua prática apenas com uma visão não participativa, sem um projeto, apenas para observar e saber como se dá o método de ensino, descartando o caráter de pesquisa e extensão que o estágio apresenta.

Tal falta de conscientização pode ser observada ao final do projeto, onde percebe-se uma baixa compreensão da extensão por parte dos alunos. Em contrapartida, podemos concluir o baixo estímulo por parte da academia em relação a extensão, fato que reflete na falta de

interesse e comprometimento dos alunos observados durante o projeto. Se faz urgente o maior comprometimento com a extensão universitária para a efetivação do tripé universitário.

Pontuamos que tal proposta de projeto seja efetivo no contexto da Universidade em que foi desenvolvido, visto que se encontra em uma área altamente urbanizada e apresenta um grande número de escolas ao seu redor. Entretanto, tal pesquisa apresenta tal projeto como possibilidade de estágio como ferramenta para a aproximação entre a comunidade e a escola, comprovando a sua efetivação do tripé universitário.

Referências bibliográfica

AUGUSTO, R. G. . **A Função Social da Universidade: o fortalecimento do diálogo da sociedade através do Estágio Supervisionado no curso de Geografia do Instituto Multidisciplinar - UFRRJ**. 2018, 95f. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRRJ, Nova Iguaçu, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 3 abr 2019

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução nº 7**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regilamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 19 dez. 2018, pp. 49 - 50.

BORGES, M. F. ; ARAÚJO, J. B. . Ensino, pesquisa e extensão na Educação Superior: processo histórico e perspectivas futuras. In: **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 172, Septiembre de 2012. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd172/ensino-pesquisa-e-extensao-na-educacao-superior.htm>> Acesso em 3 abr 2019

CALLAI, H. C. . A formação do profissional da Geografia. **Ijuí: Unijuí**, 1999.

CAVALCANTI, L. S. . Geografia e práticas de ensino: Geografia escolar e procedimentos de ensino numa perspectiva sócio-construtivista. **Goiânia: Alternativa**, 2002.



14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia
Políticas, Linguagens e Trajetórias
Universidade Estadual de Campinas, 29 de junho a 4 de julho de 2019

CARDOSO, E. M. . Função social da universidade. In: **Revista Educar**. n. 1 Curitiba, p. 109-130, Set./dez., 1981.

FREIRE , P.. **Pedagogia da autonomia** . 43 ed. São Paulo. Paz e Terra, 2011. 143p.

NÓVOA, A. .Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa : Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. p, 13 - 33.

GIROTTO, E. D. ; MORMUL, N. M. Formação Docente e Educação Geográfica: entre a escola e a universidade. 1. ed. Curitiba: CRV, 2016. v. 1. 118

REIS, V. S. ; MOURA. L. T.. A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: eficaz ferramenta para a educação ambiental no Ensino Superior. In: **Revista Educação Ambiental em Ação**. Número 59, Ano XV. Março - Maio/2017. Disponível em

<<http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2660> > Acesso 3 abr 2019

RIVERA, J. A. S. A geografia escolar no debate epistemológico e didático do mundo contemporâneo. En Didáctica da Geografía: aportes teóricos e metodológicos. 2012. p. 27-44.

ZABALZA, M. A. . **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária**. São Paulo 1ª. Ed. Cortez, 2014. 327 p.